



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 7022

**Presidente da Mesa Diretora:** Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Não votado, não tramitado

**Autoria:** Maria de Fátima Pereira Macedo

**Data:** 06/02/2007

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 62/2007. (NÃO VOTADO). Dispõe sobre a obrigação das concessionárias, empresas públicas ou privadas de prestação de serviços urbanos, da reconstituição e reforma das ruas e passeios dos logradouros públicos que vierem a ser danificados e dá outras providências.

**Controle Interno – Caixa:** 26.4      **Posição:** 47      **Número de folhas:** 04

---

Espécie: PL  
Categoria: não tramitado  
CV: 26.4  
ordem: 47  
nº fls: 02



# Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº **62** /2007

AUTOR:

Vereadora – Maria de Fátima Pereira Macedo

ASSUNTO:

**Dispõe sobre a obrigação das concessionárias empresas públicas ou privadas de reconstituição das ruas e passeios dos logradouros públicos e dá outras providências .**

## MOVIMENTO

- 1 - **Entrada em – 06/02/2007**
- 2 - **Comissão Legislação e Justiça**
- 3 -
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

**Gabinete da Vereadora Fátima Pereira**

## **Projeto de Lei n.º 2007.**

**Dispõe sobre a obrigação das concessionárias empresas públicas ou privadas da reconstituição das ruas e passeios dos logradouros públicos e da outras providências."**

A Câmara Municipal de Montes Claros – MG, aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

**Art.1º-** As concessionárias, empresas públicas ou privadas que prestam ou vierem a prestar serviços neste município, bem como as que a sucederem, ficam obrigadas a reconstituírem, sem ônus para a municipalidade, o piso das ruas, passeios e logradouros públicos que vierem a ser danificados, em decorrência de obras, reformas ou manutenção.

**Art.2º-** A reconstituição será sempre com o mesmo tipo de material e com a mesma qualidade.

**Art.3º-** A reconstituição será feita imediatamente após o término do serviço.

**Art.4º-** Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a emitir uma multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais), após a devida notificação pelo seu órgão competente, contra a(s) concessionária(s), empresas públicas ou privadas que não obedecerem aos ditames desta lei.

**Art.5º-** Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação.

**Art.6º-** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação, definindo o órgão competente para sua aplicação.

**Art.7º-** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Montes Claros- MG, 29 de janeiro de 2007.

**Fátima Pereira Macedo**  
Vereadora

PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP	<input checked="" type="checkbox"/> RECEB.
30/01/2007	
HORA: 12:45	
ASS: [assinatura]	

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 06 DE FEVEREIRO DE 2007  
PRESIDENTE

projeto ilegal e inconstitucional  
conferir parecer da assessoria legislativa.  
Helen Vieira  
12/02/07

por





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 062/2007 QUE “Dispõe sobre a obrigação das concessionárias empresas públicas ou privadas de reconstituição das ruas e passeios dos logradouros públicos e dá outras providências”, de autoria da Vereadora Maria de Fátima Pereira Macedo.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


O projeto em comento determina que as concessionárias de serviço público reconstruam as ruas, passeios e logradouros públicos utilizando-se do mesmo material e da mesma qualidade do anteriormente existente.

O Poder concedente das referidas obras públicas é o Poder Executivo, sendo que, ao criar novas regras, inclusive para os contratos vigentes, o presente projeto estaria invadindo a competência do Poder Executivo, existindo, portanto, um vício de iniciativa.

Em face ao exposto, o Projeto de Lei fere e contraria as disposições constitucionais e seus princípios, pelo que é o mesmo Inconstitucional e, infringe normas superiores ordinárias e complementares, sendo de igual forma, ilegal.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 12 de fevereiro de 2007.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78.605